

## PPGSS-UFPA e egressos: qualificação profissional nas políticas públicas

*PPGSS-UFPA and its former students: professional qualification in public policy*

**Christiane Pimentel e SILVA\***

 <https://orcid.org/0000-0002-7067-4495>

**Resumo:** O artigo trata de uma das contribuições de um programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) para a sociedade: o processo de qualificação dos recursos humanos nas políticas públicas. Foram mapeados os currículos disponíveis no banco de dados da Plataforma *Lattes* de 224 egressos, no período de 21 anos (1998-2019), do PPGSS-UFPA, utilizando a técnica de análise documental, com o objetivo de conhecer a atuação profissional dos formados e dimensionar o impacto social e inserção regional do programa. Um dos resultados principais foi constatar que, em sua maioria, os egressos concentram-se na gestão e atuação profissional nas políticas públicas, ou seja, como área de produção de conhecimento, o Serviço Social ocupa um papel fundamental nelas, devido sua compreensão e propostas de respostas às manifestações de questões sociais.

**Palavras-chave:** Qualificação profissional. Políticas públicas. Serviço Social. Mestrado.

**Abstract:** The article addresses one of the contributions to society of a Graduate Programme in Social Work (PPGSS): the qualification process for people in the area of public policy. The resumes of 224 graduates from the PPGSS-UFPA, available on the *Lattes* platform database, were mapped over a 21-year period (1998-2019). Documentary analysis was utilised to understand the professional performance of graduates and to parametrise the social impact and regional introduction of the programme. One of the main results verifies that the majority of graduates concentrated on management and professional delivery of public policies, that is, in the area of knowledge production. Social Service occupies a fundamental role in this, due to its understanding of and proposals for responses to social issues.

**Keywords:** Professional qualification. Public policy. Social work. Master degree.

*Submetido em: 31/10/2022. Aceito em: 30/04/2023.*

### Introdução

Este artigo aborda a inserção profissional de egressos do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA) na discussão sobre a contribuição da área de produção do conhecimento em Serviço Social para a qualificação de recursos humanos nas políticas públicas.

---

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente da Faculdade de Serviço Social do *Campus* do Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará. (UFPA, Marajó-Breves, Brasil). Alameda IV, 3418, Parque Universitário, Breves (PA), CEP.: 68800-000. E-mail: [chrissilva@linuxmail.org](mailto:chrissilva@linuxmail.org).

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

A pesquisa é uma parte dos resultados de uma tese de doutorado desenvolvida no PPGSS-UFPA, em que se realizou uma análise documental a partir dos currículos *Lattes* de egressos e egressas disponíveis no banco de dados da Plataforma *Lattes*. O levantamento abrangeu pessoas egressas que defenderam suas dissertações no período de 21 anos, entre 1998 e 2019, totalizando 224 currículos<sup>1</sup>.

A técnica de análise documental, segundo Gil (2008), utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico e envolve não apenas a busca pelas fontes, mas também a organização do material obtido em seu conjunto. Para tanto, a coleta de dados foi orientada por um roteiro de análise documental, que levantou informações em blocos: **a) Graduação;** **b) Pós-graduação;** e **c) Inserção Profissional:** tipo de inserção, natureza da instituição empregadora, área de atuação, número de vínculos remunerados, carga horária semanal considerando o total de vínculos. Por se tratar de um artigo, serão apresentados os resultados sobre a inserção profissional.

A Plataforma *Lattes*, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi escolhida por hospedar um sistema de informações sobre de pesquisas, grupos, pesquisadoras e pesquisadores do Brasil, em um ambiente virtual com acesso gratuito disponível pela internet e por sua relevância e credibilidade para o levantamento de informações.

A base de currículo *Lattes* registra a trajetória acadêmica de pesquisadoras/es, sua inscrição é realizada pela própria pessoa que recebe um acesso exclusivo e intransferível. A cada atualização, assina-se um termo de adesão e responsabilidade com a veracidade de informações e autorização para o compartilhamento das informações contidas, que se referem às atividades técnicas, profissionais e/ou de pesquisas, participação e produção de eventos, fóruns seminários etc.

O presente artigo está organizado em duas seções, além da introdução e conclusão: na primeira têm-se uma apresentação geral do perfil de egressos e suas condições de trabalho, na segunda, retrata-se a inserção profissional para além da docência, a fim de desvelar a contribuição do PPGSS-UFPA na qualificação dos recursos humanos na região.

### **Perfil geral das condições de trabalho de mestras/es egressas/os do PPGSS-UFPA**

Como a atualização das informações contidas no currículo depende exclusivamente das/os pesquisadoras/es, torna-se relevante entender as últimas atualizações, como demonstradas na Tabela 1.

---

<sup>1</sup> Na fase preparatória da pesquisa foi realizado o levantamento das dissertações defendidas no PPGSS-UFPA em bibliotecas físicas e bancos digitais da UFPA, após verificou-se a catalogação de currículos *Lattes*. No currículo também buscou-se confirmar a titulação de mestras/es pelo PPGSS-UFPA, bem como a retirada de possíveis pessoas homônimas. O levantamento aconteceu em dois períodos: entre os dias 1 a 10 de julho de 2020 e, posteriormente, revisados nos dias 14 de dezembro de 2020 a 21 de janeiro de 2021.

**Tabela 1 – Percentual de atualização de currículos *lattes*, por ano**

Ano	Nº	%	Ano	Nº	%	Ano	Nº	%
2021	1	0,45	2015	6	2,68	2009	5	2,23
2020	90	40,18	2014	8	3,57	2008	2	0,89
2019	62	27,28	2013	1	0,45	2007	1	0,45
2018	8	3,57	2012	4	1,79	2006	2	0,89
2017	16	7,14	2011	8	3,57	2005	1	0,45
2016	4	1,79	2010	1	0,45	N.I.	4	1,79

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Nota: N.I. = Não informado.

A partir da Tabela 1, observa-se que nos últimos cinco anos (2017-2021), 177 pessoas atualizaram seus currículos, o que confere uma margem elevada de atualização às informações obtidas sobre mestras e mestres titulados pelo PPGSS-UFPA.

Uma vez que a pesquisa teve como fonte os currículos Lattes, os dados relacionados a um *perfil geral* (a idade, religião, pertença étnica ou cor, orientação sexual, situação conjugal e sobre maternagem etc.) não foram obtidos. Em relação à condição de gênero, na medida em que não há autodeclaração de identidade de gênero e respectivos registros de outras expressões de gêneros, a pesquisa não ultrapassou os conceitos binários de feminino e masculino. Apesar da ressalva, a Tabela 1 traz uma aproximação consistente dessa realidade.

**Tabela 2 – Mestras/es do PPGSS-UFPA por identidade de gênero, 1998-2019**

Identidade de gênero	Total	%
Feminino	190	85
Masculino	34	15
<b>Total</b>	224	100

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2023).

Ao longo de 21 anos, cerca de 85% das pessoas que fizeram mestrado no PPGSS-UFPA possuem identidade de gênero feminina, o que revela não apenas um traço histórico para a área do Serviço Social, mas também demonstra um papel relevante na formação e qualificação profissional das mulheres nessa parte da Amazônia.

Em relação ao curso de graduação, cerca de 84% possuía apenas um curso de graduação, enquanto que 12% possuía dois ou mais diplomas de graduação, e 4% não informava sobre a titulação de graduação. Quanto à área de conhecimento da graduação, os dados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 – Área de conhecimento da graduação de pessoas egressas PPGSS-UFPA

Área de conhecimento da graduação	1998-2009	2010-2019	Total	% do Total
Serviço Social	49	102	151	67,41
Outras áreas do conhecimento	27	13	40	17,86
Serviço Social e Outras áreas	10	14	24	10,71
Não Informado	6	3	9	4,02
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>132</b>	<b>224</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Como a pesquisa analisou 21 anos, buscou-se conhecer um pouco do perfil de egressos a cada 10 anos, em média. Se considerado o total de graduadas em Serviço Social, têm-se 175 pessoas, o que representa cerca de 78%<sup>2</sup>.

Esse percentual possui ao menos duas explicações: a primeira diz respeito ao fato de que o PPGSS-UFPA foi criado em 1994, em uma região historicamente marcada por um número reduzido de programas de pós-graduação<sup>3</sup> – o que, em parte, reflete a realidade de sua inserção subordinada na divisão sociotécnica do trabalho. Ou seja, especialmente nos primeiros anos do programa, o PPGSS-UFPA se constituía como uma opção importante nas áreas das ciências humanas e sociais. Além disso, nesse momento inicial, uma das áreas de concentração do programa abrangia a produção do conhecimento em áreas de concentração específicas: *Construção Teórico-metodológica do Serviço Social e Políticas sociais, movimentos sociais e cidadania* (Universidade Federal do Pará, 1994).

2 Enquanto que uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) constatou a média brasileira da graduação correspondia a cerca de 91% graduados em Serviço Social.

3 De acordo com o GeoCapes em 2021, a distribuição de PPGs por regiões do Brasil foi: Sudeste 42,5%; Sul 21,4%; Nordeste 20,7%; Centro-Oeste 8,9 e Norte 6,5% (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2021).

Tabela 4 – Titulação na 1ª graduação, por área de conhecimento

Titulação na 1ª graduação por área	Nº	%
Administração	1	0,45
Biblioteconomia	1	0,45
Ciências Econômicas	2	0,89
Ciências Sociais	9	4,02
Comunicação Social	2	0,89
Educação Física	1	0,45
Estatística	1	0,45
Fisioterapia	1	0,45
História	1	0,45
Letras	1	0,45
Pedagogia	22	9,82
Serviço Social	169	75,45
Tecnólogo em Recursos Humanos	1	0,45
Turismo	5	2,23
Não informado	7	3,13
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa (2021).

Observa-se na Tabela 4 que as principais áreas de conhecimento cursadas pelas pessoas egressas foram: Serviço Social (75%); Pedagogia (cerca de 10%), Ciências Sociais (cerca de 4%), e Turismo (cerca de 2%). Em relação aos tipos de Instituição de Ensino Superior (IES) cursadas no momento da primeira graduação, mapeou-se que 82% cursaram IES públicas e 14% privadas, enquanto que 4% não informou.

Em relação à inserção profissional constata-se uma acentuada precarização dos vínculos e condições de trabalho de uma parcela dessas/es trabalhadoras/as, mesmo com sua qualificação profissional. A Tabela 5 revela a quantidade de vínculos profissionais que esses trabalhadores precisam constituir para melhorarem suas condições de vida.

Tabela 5 – Quantidade de vínculos profissionais de egressos PPGSS-UFPA

Quantidade de vínculos	Total	% do Total
1 Atividade profissional	111	49,55
2 Atividades profissionais	59	26,34
3 Atividades profissionais	17	7,59
4 Atividades profissionais	6	2,68
Não informado	31	13,84
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Cerca de metade das pessoas egressas possui apenas um vínculo empregatício, enquanto a outra metade possui mais de um, sendo registrados até quatro vínculos profissionais, o que demonstra um cenário de agravamento do desemprego.

A duração da jornada de trabalho também expressa que parcela desses trabalhadores estão em condições de precarização de trabalho, pois identifica-se uma intensificação das atividades laborais, pelo próprio grau de exploração da força de trabalho, também revela a qualidade de vida, pois quanto mais horas semanais empregadas em diversos vínculos trabalhistas, menor o tempo disponível, não apenas para o descanso, mas para desenvolver atividades que não sejam diretamente orientadas para a produtividade/lucro.

**Tabela 6 – Horas trabalhadas por semana, em todos os trabalhos**

<b>Horas Trabalhadas (semanal)</b>	<b>Total</b>	<b>% do Total</b>
Até 29 horas	16	7,14
30 horas	48	21,43
De 31 a 39 horas	8	3,57
40 horas	51	22,77
De 41 a 50 horas	21	9,38
De 51 a 60 horas	13	5,80
De 61 a 70 horas	12	5,36
Mais de 71 horas	15	6,70
Não informado	40	17,86
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

No que trata sobre a jornada semanal de 30 horas (Lei nº 12.317/2010), observa-se que apenas 21% trabalha 30 horas. Mesmo quando se considera os resultados da tabela anterior, os quais denotam que apenas metade dessas pessoas possui um único vínculo trabalhista, esse quantitativo atesta jornadas laborais exaustivas para a maioria restante. Também se observa que cerca de 27% (61 egressos) possuem uma jornada semanal de trabalho de 41 horas ou mais.

Tabela 7 – Inserção profissional, por tipo de atividade exercida nos vínculos profissionais remunerados

Tipo de atividade exercida	Total	% do Total
Bolsista <sup>1</sup>	5	2,23
Docência	50	22,32
Docência e Pesquisa	2	0,89
Docência e Profissional	42	18,75
Docência e Tutoria	2	0,89
Docência, Profissional e Pesquisa	2	0,89
Docência, Profissional e Preceptoria	2	0,89
Pesquisa	1	0,45
Profissional	79	35,27
Profissional e Pesquisa	3	1,34
Profissional e Preceptoria	3	1,34
Profissional e Tutor	1	0,45
Não informado	32	14,29
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

- (1) De doutorado. O doutorando é um profissional graduado, um mestre, portanto qualificado para atividades da docência e da pesquisa, atividades que desempenha no PPG, por isso contribui com a produção de conhecimento, mas que no contexto atual de (des)financiamento da pós-graduação, têm a bolsa como única remuneração.

A Tabela 7 expressa em detalhes a quantidade de atividades exercidas e como várias pessoas egressas possuem mais de um vínculo profissional, também se agruparam alguns. Verifica-se que, para além de possuírem mais de um vínculo profissional, alguns egressos desenvolvem atribuições diferenciadas em cada vínculo, o que significa uma sobreposição de tarefas e o exercício de atividades diferenciadas em cada um deles.

Constata-se que 100 egressos possuem a docência como atividade em algum dos seus vínculos empregatícios, porém somente 45% desse total possui o ensino como única atribuição profissional. Isso significa que para os demais, a atividade docente não assegura exclusivamente seu rendimento mensal. Outro destaque cabe à inserção profissional na função de tutoria/preceptoria, na medida em que a atividade não foi registrada como única atividade profissional remunerada para nenhum egresso, revelando que se constitui como atividade de complementação de renda também.

A maioria das egressas exercem atividades profissionais, quando se considera ao menos um vínculo de atividade profissional (59%), ou mesmo quando se examina apenas as pessoas que só exercem atividades profissionais em todos os seus vínculos, as demais não exercem atividades de pesquisa e de docência (35%). Essa realidade ajuda a compreender a importância do PPGSS-UFPA para a qualificação profissional, assim como compreender que os egressos buscaram o programa para aprofundar os conhecimentos a partir da área de Serviço social.

Entende-se que uma das características na produção do conhecimento do PPGSS-UFPA, entre os anos 1998 a 2019, foi adensar as reflexões sobre o exercício profissional de assistentes sociais, bem como sobre políticas públicas, o que contribuiu para o aprimoramento e renovação do conhecimento profissional. Ou seja, a produção do conhecimento do PPGSS-

UFPA contribuiu não apenas para qualificar as atividades de pesquisa e de ensino, mas também subsidiou a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade em geral, como nas empresas privadas, nas instituições públicas e nas organizações não-governamentais (ONGs).

**Tabela 8 – Inserção docente de egressos por área e nível da docência**

Área/Nível da Docência	Total	%
Educação Básica	3	3,13
Ensino Médio	6	6,25
Educação de Jovens e Adultos	1	1,04
Faculdade de Biblioteconomia	1	1,04
Faculdade de Ciências Sociais	4	4,17
Faculdade de Direito	2	2,08
Faculdade de Educação	1	1,04
Faculdade de Fisioterapia	1	1,04
Faculdade de Psicologia	3	3,13
Faculdade de Saúde Coletiva	1	1,04
Faculdade de Serviço Social	69	71,88
Faculdade de Turismo	4	4,17
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

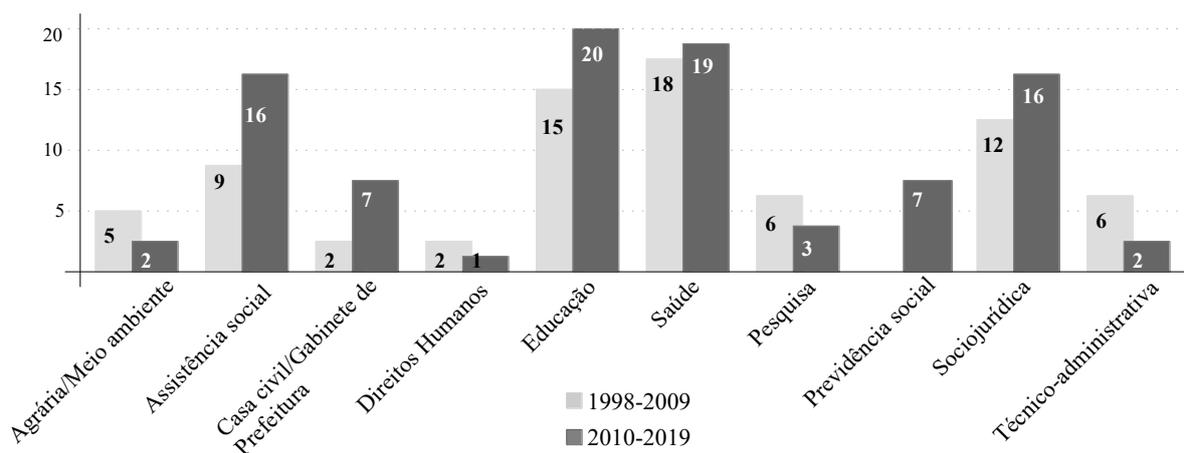
Uma parcela significativa de egressas/os são professores e professoras no ensino superior, o que ocorre tanto pela própria natureza do Serviço Social, voltada ao bacharelado e não à licenciatura, quanto pela maior quantidade de assistentes sociais entre egressas. Em relação à docência no Serviço Social, cabe explicar que uma parte importante dos egressos são vinculadas, atualmente, à própria UFPA. Existem duas Faculdades de Serviço Social na instituição, uma no campus Belém e outra no campus Breves, sendo a primeira possuidora de 37 (trinta e sete) docentes, e a segunda de 6 (seis) docentes, totalizando 43 docentes vinculados às Faculdades de Serviço Social da UFPA. Entre esse quadro docente, 15 pessoas (o que equivale a 35% do quadro docente de Serviço Social da UFPA) foram tituladas mestras pelo PPGSS-UFPA, o que demonstra uma contribuição de qualificação para o corpo docente da própria UFPA.

Quando se mapeou a natureza, pública ou privada, das instituições que empregam as pessoas egressas vinculadas à atividade docente, constatou-se que apenas 26% estão em instituições públicas, o restante, 74%, possuem vínculos empregatícios em instituições privadas.

### **A inserção de egressas e egressos do PPGSS-UFPA nas políticas públicas**

O Gráfico 1 destaca a quantidade de pessoas egressas que exercem atividades profissionais, por área do exercício. Explica-se que se considerou o conjunto de pessoas que possuem ao menos um vínculo remunerado em atividade profissional, mesmo quando possuía um segundo vínculo como docente ou na atividade de pesquisa.

Gráfico 1 – Inserção profissional por área de atividade



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Neste gráfico, apresenta-se a inserção profissional de egressos formados em duas décadas de existência do PPGSS-UFPA. Trata-se da sua inserção atual, mas a desagregação contribui para perceber, por exemplo, que os mestres formados entre 1998 a 2009 foram absorvidos em maior número para atividades agrárias ou meio ambiente, na área de Direitos Humanos, como pesquisadores. Também se verifica para o mesmo segmento de egressos dos primeiros onze anos do programa que nenhum deles se vincula à previdência social.

Em relação ao período mais recente de formação de mestres, entre 2010 a 2019, tem-se uma maior inserção profissional de egressos na casa civil ou gabinete de prefeitura, bem como expressivas vinculações às áreas de assistência social, sociojurídica, educação e saúde.

Além das áreas de atuação, também buscou-se conhecer os locais de trabalho das pessoas egressas, que serão apresentados nas tabelas seguintes.

Tabela 9 – Inserção profissional em Casa Civil, Gabinete e Secretaria de Política Pública

Gestão/Coordenação	Total	%
Casa Civil – Governo de Estado	2	5,00
Secretaria de Administração do Estado	2	5,00
Gabinete de Prefeitura/Secretaria de Administração do Município	5	12,50
Secretarias de Políticas Públicas	31	77,50
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

A Casa Civil é um órgão diretamente ligado à chefia dos poderes executivos da federação, de unidades da federação e dos gabinetes de prefeituras, visando a assessoria das relações institucionais do Poder Executivo com o Poder Legislativo com a sociedade civil, além da interlocução do governo com os meios de comunicação.

De acordo com Lameirão (2011), no Brasil, especialmente a partir dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2011), verificou-se uma dupla tendência das atribuições e competências da Casa Civil, a qual, por um lado, desdobraram-se em novos órgãos, dividindo atribuições com a Secretaria Geral e, por outro lado, acumularam funções de coordenadoria política e assistência administrativa, com acompanhamento e coordenação das ações governamentais, bem como atuação em coordenação de políticas específicas.

Aos Gabinetes Cívicos, de modo geral, cabe orientar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de todos os órgãos que integram a Casa Civil e o Gabinete de Prefeituras, como assessoria direta ao Poder Executivo. Entre as tendências recentes, a incumbência que mais se destaca em relação ao Serviço Social trata do gerenciamento de políticas públicas, como análise e elaboração de legislações, desde a coordenação de emendas parlamentares à formulação e implementação dos programas, projetos e ações governamentais relacionadas a execução de todas as políticas públicas.

Quando se considera a totalidade de inserção profissional por área de atividade (168 pessoas) têm-se que aproximadamente 23% (40 pessoas) ocupam cargos de gestão e/ou coordenação, seja nas Secretarias de políticas públicas, seja no âmbito administrativo das esferas Estadual e Municipal.

Além da Casa Civil e gabinetes de prefeituras, há uma parte significativa de egressas (31 pessoas) que fazem parte da equipe de coordenação e/ou coordenam as Secretarias de Políticas Públicas no âmbito municipal e no âmbito estadual. Na medida em que as políticas públicas se constituem em um conjunto de programas, projetos, ações da intervenção governamental, é extremamente relevante que a coordenação dessas políticas públicas seja assumida por profissionais qualificados por cursos de graduação e pós-graduação os quais garantam em suas diretrizes curriculares o estudo, a pesquisa e o debate sobre as políticas públicas.

**Tabela 10 – Inserção profissional na Política de Assistência Social**

<b>Política de Assistência Social</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Secretaria de Assistência Social	5	20
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	10	40
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	5	20
Acolhimento/Abrigo	5	20
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

As pessoas egressas que trabalham no interior de secretarias de assistência social, apontadas na Tabela 10, não ocupavam os cargos de direção e coordenação. Também não houve registro de egressas e egressos atuando em Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Centro de Referência Especializado para Pessoas com Deficiência (Centro DIA).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) não apenas concentra a maioria dos trabalhadores da assistência social, como também emprega a maioria das pessoas formadas no segundo período, na área.

No interior do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as secretarias de assistência social, nos âmbitos municipais e estaduais, têm a competência da formulação, coordenação, monitoramento, execução e avaliação de ações, serviços, projetos e programas da política de assistência social. Dessa maneira, de acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), compete às secretarias, entre outras responsabilidades, a organização e coordenação, articulação, acompanhamento e monitoramento da rede de serviços da proteção social básica e especial, gerir o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Cadastro Único (CADÚNICO) e demais programas de transferência de renda (Brasil, 2012).

Os serviços socioassistenciais da proteção social básica são organizados e ofertados nos CRAS, que prioriza desde sua localização (em locais com presença significativa de pessoas beneficiárias dos programas de transferência de renda), à disponibilização de serviços para acesso dos direitos socioassistenciais a parcelas da população que mais utilizam desses serviços.

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) realizam atendimentos e ofertas de serviços de média complexidade, na proteção social especial, para pessoas e/ou famílias que estão em risco ou já vivenciam situações de violações de direitos, visando findar essas situações, prevenir sua reincidência, e contribuir para o acesso de outros direitos sociais.

Finalmente, os serviços de alta complexidade de acolhimento institucional são também parte da proteção social especial, voltados à proteção integral de pessoas que tiveram seus direitos violados e que precisam ter acesso aos direitos de moradia, de alimentação, de higienização, de acolhimento, entre outros.

A competência desses equipamentos públicos na política de assistência social, brevemente resumidos, indica ainda mais a importância da qualificação de um quadro técnico de nível superior pós-graduação, o qual consiga elaborar respostas profissionais respaldadas em conhecimentos e experiências comprovadas e, igualmente, possua um aprofundamento teórico voltado especialmente à compreensão das políticas públicas.

**Tabela 11 – Inserção profissional na Política de Saúde**

<b>Política de Saúde</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Secretaria de Saúde	13	35,14
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	2	5,41
Clínica médica	2	5,41
Hemocentro	2	5,41
Hospitais	12	32,43
Tratamento Fora de Domicílio (TFD)	4	10,81
Unidade Básica de Saúde (UBS)	2	5,41
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

As secretarias de saúde e os hospitais são os órgãos da política de saúde que mais empregam as pessoas com título de mestras em Serviço Social, sendo as primeiras os locais de gestão e administração da rede de saúde como um todo, e as segundas as que ofertam ações de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Às secretarias de saúde, de maneira generalizada, competem gerir, coordenar, planejar, acompanhar e avaliar as ações de equipamentos de serviços de saúde, inclusive a vigilância sanitária e epidemiológica, e a distribuição de medicamentos gratuitos, vinculados ao SUS. Enquanto que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades especializadas em saúde mental, atuantes de forma interdisciplinar na perspectiva da reinserção social, na reabilitação e na autonomia das pessoas em atendimento (Brasil, 1996).

As clínicas médicas ofertam serviços de saúde privados, credenciados ou não para atender o SUS, e prestam, geralmente, atendimentos básicos e/ou procedimentos de média complexidade. No SUS, a recepção de serviços de atenção básica é responsabilidade das Unidades Básicas de Saúde (UBS), denominadas de *porta de entrada*, na medida em que precisam classificar o risco do atendimento e encaminhá-lo quando necessário a média e alta complexidade e, além disso, oferece consultas de enfermagem, médica, de saúde bucal, distribuição e administração de vacinas, realiza curativos e visitas domiciliares, entre outros.

Já os hemocentros organizam e disponibilizam procedimentos especializados de alta complexidade, como hemoterapia, terapia renal substitutiva, cirurgias ambulatoriais especiais, entre outros. Os hospitais, os quais podem ser hospital de clínica básica, hospital geral (com diversas clínicas básicas: gineco-obstetrícia, pediatria, saúde mental, clínica médica e clínica cirúrgica), hospital especializado (com especialidades médicas e geralmente apoio diagnóstico relacionado as especialidades), hospital de urgência (com serviços de urgência de porta aberta), e hospitais universitários; prestam assistência hospitalar e ambulatorial com procedimentos de média e alta complexidade, responsáveis por procedimentos cirúrgicos e gestão de leitos, inclusive os das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) (Negri Filho; Barbosa, 2014).

O Tratamento Fora de Domicílio (TFD) é um programa voltado a pessoas com enfermidades não tratáveis em seu município de origem, por ausência de condições e serviços técnicos especializados, e, assim, é responsável pelo custeio de passagens de ida e volta, ajuda de custo para alimentação e hospedagem para a pessoa enferma e seu acompanhante, bem como também oferece consulta, tratamento ambulatorial, hospitalar e cirúrgico.

Encerrando o grupo de locais de trabalho que pertencem às políticas da seguridade social brasileira, assistência social, saúde e previdência, têm-se a Tabela 12.

**Tabela 12 – Inserção profissional Política de Previdência Social**

Política de Previdência Social	Total	%
Instituto Previdenciário Municipal	2	28,57
Instituto Previdenciário Estadual	3	42,86
Instituto Previdenciário Federal	2	28,57
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Na Tabela 12 indicou-se a esfera de governo para revelar a relação previdenciária de regimes próprios de previdência. A previdência social possui uma lógica contributiva, para assegurar às pessoas recursos financeiros por ocasião de desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, incapacidade laboral, encargos familiares, e prisão e morte daqueles de quem dependiam economicamente (Brasil, 1991).

No interior das políticas de seguridade social, segundo Salvador (2008), a política de previdência social tornou-se a prioridade nas ações de privatização em virtude de sua capacidade de produzir acumulação de capital, tanto na área do capital financeiro, quanto na ampliação do mercado de capitais de seguros privados, uma vez que o recolhimento das contribuições previdenciárias,

Apesar de a lei assegurar a destinação das contribuições previdenciárias dos trabalhadores e dos empregadores para o pagamento dos benefícios previdenciários, creditados diretamente no Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRPS) sob a gestão do INSS (art. 5º [Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007], inciso II), a política de arrecadação e gestão das receitas previdenciárias foi deslocada do Ministério da Previdência para o da Fazenda. Portanto, uma modificação relevante é o deslocamento de toda gestão das receitas do orçamento da seguridade social para o controle do Ministério da Fazenda, enfraquecendo ainda mais a institucionalidade da seguridade social (Salvador, 2008, p. 174).

**Tabela 13 – Inserção profissional na Política de Educação**

<b>Política de Educação</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Secretaria de Educação	<b>9</b>	<b>25,71</b>
Educação Especial	<b>1</b>	<b>2,86</b>
Escola de Ensino Fundamental	<b>3</b>	<b>8,57</b>
Escola de Ensino Médio	<b>3</b>	<b>8,57</b>
Orientação Pedagógica/Educacional	<b>1</b>	<b>2,86</b>
Instituição de Ensino Superior (IES)	<b>18</b>	<b>51,43</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Cabe ressaltar que a Tabela 13 refere-se à atuação profissional na política de educação e não à atividade docente. Assim, esses vínculos empregatícios são distribuídos, principalmente, para as instituições de ensino superior e para as secretarias de educação, mais uma vez, é possível afirmar a competência da área de Serviço Social e, de maneira particular, do PPGSS-UFPA, na contribuição para a produção de conteúdo e aporte técnico às políticas públicas e sociais. A política de educação também se organiza em diversos níveis e modalidades de ensino.

Tabela 14 – Inserção profissional na Área Sociojurídica

Área Sociojurídica	Total	%
Secretaria de Justiça	1	3,57
Delegacia	1	3,57
Forças Armadas	2	7,14
Exército	2	7,14
Medidas Socioeducativas	1	3,57
Ministério Público	4	14,29
Promotoria/Defensoria	2	7,14
Segurança Pública	3	10,71
Bombeiros	2	7,14
Polícia Militar	1	3,57
Sistema Prisional	2	7,14
Tribunal de Justiça	12	42,86
Tribunal de Justiça do Estado (TJE)	11	39,29
Tribunal Regional Eleitoral (TRE)	1	3,57
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Outra área de inserção profissional de pessoas egressas do PPGSS-UFPA foi a sociojurídica, que abrange o sistema de justiça, o sistema carcerário, a execução penal e medidas socioeducativas, além da segurança pública.

De acordo com Borgianni (2013), de maneira generalizada, nessa área trabalha-se com situações de conflitos que são resolvidos pela impositividade do Estado. Assim, a intervenção profissional na esfera das profissões de nível superior se relaciona a decisões jurídicas, subsidiadas pelos possíveis resultados daquela decisão a partir de uma “[...] rica aproximação à totalidade dos fatos que formam a tessitura contraditória das relações sociais nessa sociedade, em que predominam os interesses privados e de acumulação” (Borgianni, p. 423).

A afirmativa de Borgianni (2013) reforça a compreensão de que o processo decisório pode ser pautado por resultados de estudos sociais e de pesquisas sobre a realidade social, os quais possuem fundamentação ética para atender as necessidades sociais. Nesse argumento, reconhece-se que a produção de conhecimento baseado em evidências não pode ofertar, imediatamente, soluções para o conjunto de demandas nas políticas públicas e sociais, e, exatamente por isso, esse conhecimento apropriado pelo sujeito ativo, no caso, por trabalhadores egressos do mestrado em Serviço Social, precisa ser ressignificado em face a um conjunto de análises técnicas que se apresentam como competências e atribuições profissionais.

Os espaços sócio-ocupacionais com mais egressos são, respectivamente, os tribunais de justiça estaduais, o Ministério Público e a segurança pública. Nos primeiros, compete

subsidiar decisões em ações cíveis, na área da família, parte dos crimes comuns, execuções fiscais de estados e municípios, etc.; enquanto que o Ministério Público<sup>4</sup> possui como atribuições essenciais à manutenção da ordem jurídica e à fiscalização do poder público, isto significa que suas ações se dirigem ao direito público e/ou à representação de interesse e relevância pública; e, por último, os órgãos de segurança pública, os quais atuam na defesa civil e desastres, no caso do corpo de bombeiros e na preservação da ordem pública, no caso da polícia militar.

**Tabela 15 – Inserção profissional na Política Agrária e de Meio Ambiente**

Política Agrária/Meio Ambiente	Total	%
Secretaria de Meio Ambiente/Agrária	3	42,86
Assistência Técnica e Extensão Rural	1	14,29
Assessoria	3	42,86
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Apesar de poucas pessoas egressas inseridas nessas políticas sociais, havia representação em secretarias de políticas agrárias, inclusive atuando junto aos assentamentos rurais e coordenação de desapropriação de terras. Apenas três pessoas atuavam na Secretaria de Meio Ambiente, com ações voltadas aos impactos sociais ao meio ambiente, como recuperação, preservação e proteção de recursos naturais e três pessoas que trabalham nas atividades de assessoria, todas vinculadas a organizações não governamentais (ONGs), sendo que duas realizavam ações que visavam o trabalho em assentamentos para a autossustentação e combate à violência no campo e uma delas, assessoria a projetos sociais de preservação de recursos naturais.

A área com menor número de egressos foi a de Direitos Humanos, como se vê na Tabela 16, seguinte.

**Tabela 16 – Inserção profissional na Área de Direitos Humanos**

Direitos Humanos	Total	%
Secretaria de Direitos Humanos	3	100

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Apenas três pessoas egressas trabalham na área de Direitos Humanos e todas em secretarias de Direitos Humanos, as quais realizam atividades em relação a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos voltados à igualdade de acesso aos direitos sociais à população negra, população indígena, pessoas com deficiência, população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades (LGBTQIA+), também se voltam à prevenção e erradicação da tortura e do trabalho análogo à escravidão, à reparação aos mortos, perseguidos e desaparecidos políticos, entre outros.

4 Na Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é um órgão independente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para preservar autonomia institucional e independência financeira e administrativa, para exercer suas funções.

**Tabela 17 – Inserção profissional na Área de Pesquisa**

<b>Pesquisa</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Em Ciências Sociais	<b>1</b>	<b>11,11</b>
Em Serviço Social	<b>1</b>	<b>11,11</b>
Em Saúde	<b>2</b>	<b>22,22</b>
Sobre Infância e Adolescência	<b>5</b>	<b>55,56</b>
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

Como visto, apenas uma entre as nove pessoas egressas possui como único vínculo remunerado o trabalho como pesquisadora, as demais exercem outras atividades. Mesmo assim, destaca-se essa forma de inserção profissional na região amazônica pela valorização da profissão de pesquisadora e pesquisador. Também se observa que a maioria foi contratada para área de pesquisa voltada à infância e adolescência, seguida da pesquisa em saúde.

**Tabela 18 – Inserção profissional Técnico-administrativa**

<b>Técnico-administrativa</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Atuação Técnico-administrativa de Nível Médio	<b>2</b>	<b>25</b>
Atuação Técnico-administrativa de Nível Superior	<b>6</b>	<b>75</b>
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da pesquisa (2021).

A Tabela 18 apresenta as/os trabalhadoras/es que atuam nas funções técnico-administrativas. Em maior número, contratadas para funções de nível superior.

O quadro geral, da inserção de pessoas egressas do mestrado, permite a referência à relevância do aprimoramento das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica para consolidar o compromisso profissional com a qualidade dos serviços prestados à população.

## **Conclusão**

O perfil de levantamento das pessoas egressas do curso de mestrado do PPGSS-UFPA revelou que sua contribuição na qualificação dos quadros de recursos humanos nas políticas públicas no âmbito da região Norte e, especialmente, no estado do Pará, é evidenciada quando a inserção profissional de seus egressos perpassa por atividades de coordenação e gestão administrativa em Casa Civil, Gabinete e Secretaria de Política Pública, assim como também atuantes na função técnico-administrativa.

Na Política de Assistência Social, os egressos atuam, especialmente, nos CRAS, seguidos de cargos administrativos nas secretarias de assistência social; na Política de Saúde, o maior número de pessoas egressas está alocado nas secretarias de saúde, seguido pela inserção em hospitais; na Política de Previdência Social, as pessoas egressas participam das três esferas do governo: municipal, estadual e federal; na Política de Educação, a maioria dos profissionais egressos do PPGSS-UFPA atuam em instituições de ensino superior, seguidos

pelos cargos ocupados nas secretarias de educação; na área sociojurídica, a maioria das pessoas egressas atuava nos Tribunais de Justiça, depois no Ministério Público.

Em relação a inserção profissional na Política Agrária e de Meio Ambiente, a maioria das pessoas desenvolviam atividades de assessorias e na gestão da Secretaria de Meio Ambiente ou na Secretaria de Política Agrária; na área de Direitos Humanos, todas as pessoas egressas desenvolviam atividades profissionais na Secretaria de Direitos Humanos, enquanto que a inserção profissional na atividade de pesquisa realizava-se, na maioria dos casos, em pesquisas sobre infância e adolescência; e, finalmente, a vinculação profissional nas atividades técnico-administrativas, com maior representatividade das funções de nível superior, seguida pelas funções de nível médio.

## Referências

BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília (DF), ano 129, n. 142, p. 9-19, 25 de julho de 1991.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33 CNAS/MDS, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília (DF), ano 149, n. 240, p. 226, 13 dez. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 1 CNS/MS, de 5 de novembro de 1996. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde-NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília (DF), ano 134, n. 216, p. 48-56, 6 nov. 1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Sistema de Informações Georreferenciadas GEOCAPES**. Versão 3.6.9. Brasília (DF), 2021. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 28 out. 2022.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2008.

LAMEIRÃO, Camila. A Casa Civil como instituição do executivo federal. **Desigualdade & Diversidade**, Rio de Janeiro, Dossiê Especial, p. 143-184, dez. 2011.

NEGRI FILHO, Armando de; BARBOSA, Zilda. O papel dos hospitais nas redes de atenção à saúde: elementos para pensar uma agenda estratégica para o SUS. **Consensus**, Brasília (DF), ano 4, n. 11, p. 42-49, abr./maio/jun. 2014.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público no Brasil**: financiamento e destino dos recursos públicos da seguridade social (2000 a 2007). 2008. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. **Proposta para o Curso de Mestrado em Serviço Social**. Belém: PPGSS-UFPA, 1994.

**Christiane Pimentel e SILVA**

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social, do *Campus* Universitário do Marajó-Breves da UFPA. Membro da Comissão de Ética e Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social CRESS 1ª Região PA - Gestão 2020-2023. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social do Marajó - GESS/Marajó. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase nos Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: conhecimento e prática profissional, trabalho, questão social e Serviço Social.

---